

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
COLEGIADO DE JORNALISMO**

BRENER MARCELO DE OLIVEIRA

**O CORPO - OS OCUPANTES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL:
Uma proposta de jornal mural digital sobre a inclusão de pessoas com deficiência na
universidade**

Produto Jornalístico

Mariana
2019

BRENER MARCELO DE OLIVEIRA

O CORPO - OS OCUPANTES DA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Memorial descritivo de produto jornalístico, apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Michele da Silva
Tavares

MARIANA

2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48c Oliveira, Brener Marcelo De .
O Corpo [manuscrito]: os ocupantes da universidade pública federal :
uma proposta de jornal mural digital sobre a inclusão de pessoas com
deficiência na universidade. / Brener Marcelo De Oliveira. - 2019.
47 f.: il.: gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Michele da Silva Tavares.
Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro
Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Educação inclusiva. 2. Jornalismo. 3. Jornalismo eletrônico. 4.
Pessoas com deficiência. 5. Universidades e faculdades públicas. I.
Tavares, Michele da Silva. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 316.34



FOLHA DE APROVAÇÃO

Brener Marcelo De Oliveira

O Corpo – Os ocupantes da universidade pública federal: uma proposta de jornal mural digital sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo

Aprovada em 15 de julho de 2019.

Membros da banca

Dra. Michele da Silva Tavares - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Denise Figueiredo Barros do Prado (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dr. Evandro José Medeiros Laia (Universidade Federal de Ouro Preto)

Michele da Silva Tavares, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 06/07/2021.



Documento assinado eletronicamente por **Michele da Silva Tavares, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 06/07/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0190550** e o código CRC **56DA1808**.

Dedicado aos meus avós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Célio e Nilma, minhas irmãs Bruna e Brenda por me darem o suporte para a escrita deste trabalho. As minhas fontes que dispuseram do seu tempo e deixaram com que eu as escutasse e contasse sobre as suas vidas. Aos meus amigos que me deram um aparato, compreensão e auxílio durante a pesquisa e produção deste produto. Agradeço, em especial, aos psicólogos que não me deixaram desistir da universidade.

Onde estão os seus amigos? Os meus estão por todos os lados

Zyra – League Of Legends

RESUMO

Este trabalho tem como foco explorar o campo da narrativa jornalística a partir criação de um jornal mural dossiê que apresente parte da realidade das Pessoas com Deficiência na universidade pública federal sendo o *locus* de estudo a Universidade Federal de Ouro Preto. A realização deste produto é justificada pela demanda social de compreender e dar visibilidade as vivências desses jovens dentro do espaço acadêmico. Dessa maneira, buscou-se refletir sobre a presença destes corpos na universidade ao longo da história e sobre questões são enfrentadas por estes jovens na atualidade.

Palavras-chave: Jornalismo Digital; Inclusão; Pessoas Com Deficiência; Universidade Federal.

ABSTRACT

This work aims to explore the field of journalistic narrative from the creation of a mural dossier that presents part of the reality of People with Disabilities at the federal public university being the locus of study at the Federal University of Ouro Preto. The realization of this product is justified by the social demand to understand and give visibility to the experiences of these young people within the academic space. In this way, we sought to reflect on the presence of these bodies in the university throughout history and on issues faced by these young people today.

Keywords: Digital Journalism; Inclusion; Disabled people; Federal University

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Universidade no Estado de Minas Gerais.....	18
TABELA 2 – Revistas segmentadas sobre pessoas com deficiência.....	27

LISTA DE GRÁFICOS E INFOGRÁFICOS

INFOGRÁFICO 1 – Divisão de porcentagens das deficiências que possuem aptidão para estar na universidade	16
GRÁFICO 1 – Pessoas com deficiência que se matricularam-nas universidades federais do país.....	19
GRÁFICO 2 – Número de pessoas com deficiência por curso na UFOP	21
GRÁFICO 1 – Incidência de deficiências entre os alunos da UFOP.....	22
GRÁFICO 1 –Quantidade de alunos por situação na universidade.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Parte 1. A ABORDAGEM DA INCLUSÃO COMO PAUTA JORNALÍSTICA	11
1.1. Inclusão x exclusão social e o contexto histórico de luta pela causa.....	12
1.2. A universidade e os seus meios de inclusão.....	17
Parte 2. O FORMATO COMO UM FATOR DECISIVO NA RECEPÇÃO DO PRODUTO	25
2.1 Panorama das publicações jornalísticas sobre o tema	25
2.2. Um jornal mural sobre inclusão no ensino superior.....	28
Parte 3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E A DINÂMICA VISUAL DO SITE	30
3.1. A trajetória teórica para a elaboração do produto.....	31
3.2. Design Inclusivo: Repensando como o visual pode incluir	36
3.2.1. Projeto Editorial	36
3.2.2. Projeto Gráfico	37
3.3. Cronograma de atividades	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

INTRODUÇÃO

Nunca foi meu objetivo trabalhar com o formato de um Jornal Mural Digital, muito menos que ele se tornasse o meu trabalho de conclusão de curso. A oportunidade de me envolver com o formato foi diferente do que estava acostumado, já que todo meu trajeto do curso se baseou em áreas como o visual (para impressos), audiovisual e sonora; trabalhar com texto, como parte central da produção de um jornal mural digital é uma experimentação de algo novo, é uma maneira para aprofundar e inovar na minha formação de jornalista.

A formulação desse trabalho se deu de diversas formas: ele já transitou em um formato audiovisual que seria apresentado em forma de um documentário de modo a apresentar os detalhes de uma vivência de pessoas com autismo; em um segundo momento, ele se apresentou como um livro-reportagem ainda na temática sobre autismo que foi reformulado devido ao tensionamento sobre a imagem e sobre voz que essas pessoas teriam no vídeo, sabe-se que um dos grandes embates do autismo é a limitação da fala que poderia ser um grande problema para o vídeo e que seria resolvido ao trabalhar com o formato de livro-reportagem. Entretanto, durante o processo de criação e pesquisa de formatos que agregassem informações desse tipo, foi possível perceber que o melhor modelo para trazer essas histórias, pautas e vozes seria um jornal mural digital, a fim de trazer um conteúdo que aborde todas as expectativas propostas nas discussões sobre inclusão, acessibilidade e educação.

Após a tomada de decisão de como seria o suporte e a formatação das informações, o tensionamento brotou em uma nova perspectiva. A primeira discussão sempre foi trabalhar com autismo e educação, mas o recorte iniciou-se no contexto da educação básica, transitou em um cenário de educação fundamental e, em um recorte final, foi desembocado em um cenário acadêmico. Para ser mais específico, na UFOP, universidade que possui cerca de 13.144, dos quais 293 são pessoas com deficiência que se declararam no ato da matrícula e, atualmente, são assistidas pelo Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) que está presente na universidade desde os anos de 2006, sendo ele um dos primeiros núcleos de inclusão dentro das universidades federais do país.

Partindo do entendimento do cenário e da temática, era necessário tensionar ainda mais alguns questionamentos como “Por que trabalhar só com o autismo sendo que há na universidade pessoas com diversos tipos de deficiência? Por qual motivo não tentar abarcar o máximo de pessoas com deficiências e transtornos possíveis?”, desta maneira, o leque que deve ser abarcado se tornou maior, mesmo assim ainda é um recorte mais delicado,

resultando em um tema final sendo “A inclusão de Pessoas com deficiência na Universidade Pública Federal”.

O objetivo deste produto além de ter uma função jornalística de registro, problematização e tensionamento, ele tem também a função de tocar e conscientizar as pessoas, sobre o cotidiano de *pessoas com deficiência (PCD)*¹ a partir da estruturação em três eixos temáticos de estruturação do jornal mural, sendo eles: social, político e educacional. Trabalhamos aqui como questão central a presença de PCDs na universidade pública federal, quais são as barreiras políticas, sociais e educacionais que perpassam o caminho destes corpos. A escolha do tema nunca foi uma dificuldade, trabalhar com ele veio da necessidade de abordar um assunto de minorias que são deixadas a margem de sociedade, um tema atual e em constante debate. A grande questão para o trabalho foi angular e definir um *locus* de ação e estudo, pois existem muitas áreas a serem assistidas e comentadas, mas por fim ficou decidido que a abordagem desse produto se daria dentro da UFOP. O Nei foi um auxiliar de suma importância nesse entendimento, já que ele é parte crucial na recepção e permanência dessas pessoas na universidade.

O memorial está estruturado em três partes que compõem a forma final do produto, sendo elas: A abordagem temática - que busca trazer uma explicação dos aspectos que permeiam a temática do produto e o impacto social proposto. A segunda parte recebe o nome de “Estruturação de um dossiê”, parte essa que apresenta uma justificativa para a realização de um dossiê para o trabalho e, por fim, a última parte chamada “Composição do produto” traz a composição da pauta estendida pretendida para o trabalho.

¹ A sigla será usado durante todo o memorial ao referenciar ao termo pessoa com deficiência.

Parte 1. A ABOARDAGEM DA INCLUSÃO COMO PAUTA JORNALÍSTICAS

Compreende-se como um dossiê, em sua estrutura primária, um conjunto de documentos referentes a um determinado assunto ou pessoa. Sendo assim, iremos tomar como base conceitual a descrição apresentada por Ana Maria Cordenonssi e Jaques Marque de Melo em seu artigo.

Define Dossiê como um “mosaico destinado a facilitar a compreensão dos fatos noticiosos. Condensação de dados sob a forma de ‘boxes’, ilustrados com gráficos, mapas ou tabelas”. Para ele, trata-se de matéria destinada a complementar as narrativas principais de uma edição ou celebrar efemérides. É o material jornalístico que pretende familiarizar o leitor com um fato determinado e procura detalhar ao máximo para apresentar a informação completa. (CORDENONSSI, MELO. 2008. p.4)

Como já citado, esse trabalho ele se dá como um jornal mural inspirado em um dossiê jornalístico em formato de um hot site, trazendo como tema central “A inclusão de pessoas com deficiência na universidade pública federal”, acredito que um tema como esse exige um aprofundamento que é possível ser explorado através das pautas fotográficas, textuais, infográficas e gráficas. O formato de um Jornal Mural foi escolhido devido a sua estrutura dinâmica, Rivaldo Chinem define o formato com “Publicação interna, com periodicidade regular e conteúdo informativo/educativo, devendo contemplar temas como recursos humanos, qualidade, segurança, sapudo, cultura e outros” (CHINEM, 2003. p.57). Sendo assim, visamos explorar uma construção baseada nos dois formatos: dossiê pelo peso da construção de informações, por se tratar de uma temática central a cada edição e um formato de jornal mural por apresentar um conteúdo direcionado, principalmente, ao grupo que compõe diretamente a universidade. Entendo que as narrativas construídas nestes formatos permitem uma exploração das perspectivas de vida das pessoas inseridas no espaço acadêmico.

Entender a relação dos aspectos ligados a temática é de suma importância para uma abordagem sensível e inclusiva. Quando falamos de inclusão, logo direcionamos nosso pensamento para o seu oposto, a exclusão, assim, entender qual é a relação entre esses dois conceitos fortalece o entendimento do cenário geral e do recorte deste produto. Tendo ciência do processo de exclusão, o movimento de investigação perpassa entre a história do país e de como as pessoas com deficiência conquistaram aos poucos o seu espaço dentro da sociedade e, hoje, abrindo a possibilidade de questionar como é garantido pela constituição o direito ao acesso no espaço do Ensino Superior. Ou seja, entender que estamos falando de inclusão é ter noção que o seu oposto é também o foco do debate. No caso deste produto e memorial

pautamos se o espaço da universidade é inclusivo e preparado o suficiente para absorver as demandas exigidas pelas pessoas que são historicamente invisibilizadas pela sociedade.

1.1. Inclusão x exclusão social e o contexto histórico da luta pela causa

Pautar sobre inclusão social é falar sobre políticas que tem como foco incluir pessoas na sociedade, pessoas essas que por algum motivo encontram-se excluídas, marginalizadas e/ou sofrem com apontamentos sociais que tem como foco diminuí-las. Falar sobre inclusão cria um paralelo imediato com o seu oposto, a exclusão. Pena (2017), em seu artigo produzido para o site Mundo Educação², trata deste aspecto e traz a necessidade de identificar esses grupos excluídos socialmente para podermos trabalhar na construção inclusivas das situações vivenciadas por elas na sociedade.

“para estabelecer uma ação de inclusão social, primeiramente é necessário observar e identificar quais seriam aqueles que estariam sistematicamente excluídos da sociedade, ou seja, que não gozam dos seus benefícios e direitos básicos, como saúde, educação, emprego, renda, lazer, cultura, entre outros. (PENA, Rodolfo F. Alves: 2017)

A escolha temática deu-se a partir da minha vivência no espaço acadêmico, principalmente, no espaço de uma Instituição Pública de Ensino Superior, na qual sou aluno do curso de jornalismo, inserido em um contexto onde vivencio e me vejo presente em cenários onde acontecem diversas formas de exclusão. Todos os dias relatos de exclusão são sentidos por pessoas que me cercam, são essas pessoas, negras, mulheres, pobres e LGBTQI+, esse último é o grupo o qual me incluo de maneira mais completa, sentir-se à margem é complexo, você se encontra entre um cenário social que não o reconhece como possuidor de todos os direitos e está sob um governo que te atordoa retirando direitos básicos. Tentar viver de maneira plena e sem julgamentos é ainda mais difícil quando se é integrante de grupos minoritários. A partir da condição de minoria, fui indagado por mim mesmo em diversos momentos quais eram os outros grupos que também estavam sob um olhar de julgamento na sociedade e que enfrentavam esse embate pela conquista de direitos básicos.

Fui aluno de escolas públicas durante todo o meu ensino regular e a minha experiência em conviver com a diversidade teve início neste período. Além de estudar com alunos que possuíam alguns tipos de Transtornos de Aprendizagem, são englobados nesse

² PENA, Rodolfo F. Alves. **Inclusão Social**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2018.

grupo: a Dislexia (transtorno de leitura); a Disgrafia/Disortografia (transtorno de escrita); a Discalculia (inabilidades matemáticas) e o TDAH (transtorno do déficit de atenção e hiperatividade), de acordo com a Política Nacional de Educação Especial, centrada no contexto de Educação Inclusiva.

Já compartilhei sala com deficientes auditivos que recebiam suporte de intérpretes, e outras pessoas com outros tipos de deficiências. Considera-se PDC aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015).

Ao chegar na universidade estive em uma convivência diária com pessoas de realidades muito opostas à minha e outras que se aproximavam daquilo que vivo e vivi. A comunidade acadêmica é cruzada por diversos discursos e movimentos. Estar nessa comunidade me possibilitou entender um pouco mais sobre como se dão as abordagens dos assuntos nesse espaço. Partindo das vivências em que estive presente na cidade de Mariana-MG e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), estive diante de muitas bandeiras de movimentos e comunidades sendo levantadas e tendo a sua luta ouvida pelos alunos do curso e um questionamento tornou-se presente: como é tratado o espaço das pessoas com deficiência na universidade? Talvez, em meio a tantos debates e questões alguns assuntos ficam deixados de lado. Dentro desta indagação fui de encontro a uma escassez de discussões que trouxesse como foco a Educação Inclusiva e a Inclusão de deficientes no Ensino Superior que partisse de um olhar jornalístico dentro da universidade. Um dos poucos materiais encontrados foi o Trabalho de Conclusão e Curso (TCC) de uma ex-aluno do curso de jornalismo da UFOP em formato de documentário com o nome de “Feito de Afeto” produzido pela jornalista Cíntia Adriana da Silva Magela, no ano de 2016.

Uma espécie de vazio discursivo sobre inclusão de PCDs estava, até então, presente nas abordagens trabalhadas nas discussões teóricas e práticas no âmbito do curso. O principal aspecto a ser trazido é sobre as questões de invisibilidade das pessoas com deficiência na universidade. Por que nós falamos tão pouco sobre o assunto? Será que o espaço da universidade tem sido inclusivo e preparado o suficiente para agregar essas pessoas? Estaríamos nós, corpo constituinte da comunidade acadêmica, absorvendo todas as pessoas e as tratando como devem ser tratadas?

Só em 2017 as cotas nas universidades públicas do país se tornaram obrigatórias. Até então, existia uma invisibilização das pessoas que estavam introduzidas nesse meio. Algumas

questões podem ser por não se saber quem eram essas pessoas, onde elas estavam e como elas estavam. Falar sobre esse tema é dar visibilidade, trazer à tona uma porção de demandas que são feitas todos os dias por essas pessoas. Falar sobre inclusão na universidade é trabalhar com o enfrentamento de barreiras. De acordo com o art 3º da Lei de brasileira da Pessoa com Deficiência - Lei LEI Nº 13.146, instituída em 2015 e com início de validade em 2017, são elas:

- IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:
- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
 - b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
 - c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
 - d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
 - e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
 - f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2017)

Partindo do conhecimento destas barreiras, compreendo que o jornalismo tem forte impacto sob o enfrentamento destas barreiras. Traquinas (2005) descreve o jornalismo como a vida. Para ele, a mesma maneira que se narra um nascimento, deve-se narrar a morte de uma pessoa; ele trabalha a perspectiva das diversas dimensões em que se deve cobrir os assuntos da vida. Nisso, nós podemos debater sobre inclusão e visibilidade de grupos considerados como minorias. Dentro deste recorte de minorias, colocamos aqui as pessoas com algum tipo de deficiência e/ou neuro atipicidade, com transtornos mentais. Segundo a coordenadora do Núcleo de Educação Inclusiva-NEI da UFOP, os transtornos mentais são os quadros de esquizofrenia, bipolaridade, depressão, ansiedade e entre outras.

Partindo da ideia de que o jornalismo tem a “função” de contar sobre a realidade a partir de um olhar crítico e aprofundado de modo a manter o seu público ciente das situações, a temática foi escolhida com o ideal de explicar as realidades e situações de maneira mais aprofundada e delicada, pretendendo explorar a partir do olhar dos próprios estudantes com PCDs que ocupam o espaço da UFOP. Portanto, um assunto como pessoas com deficiência e transtornos de aprendizagem ou mentais através de uma perspectiva social, política e educacional no espaço acadêmico, merece receber esse tipo de abordagem. Silva (2016), em sua dissertação de mestre ressalta o que fortalece a necessidade do debate sobre o assunto.

Ensino Superior se insere em, pelo menos, duas problemáticas mais amplas: a luta histórica pela democratização do acesso ao Ensino Superior e as condições ainda adversas enfrentadas pelas pessoas com deficiência, ao longo do percurso de escolarização, desde os níveis básicos. [...] apesar das grandes transformações pelas quais tem passado o Ensino Superior brasileiro, é notório que a expansão não o democratizou efetivamente, havendo marcas históricas da exclusão. (SILVA, 2016, p.20)

Entramos aqui no histórico político dos avanços para a inserção PCD's no Sistema Educacional. Em 1988, a primeira constituição brasileira que resguardava um Estado Democrático de Direito, conhecida como Constituição Cidadã, utilizada atualmente dentro do sistema político brasileiro, determina “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV) e ainda previa no artigo 205 que “a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, e no artigo seguinte, inciso primeiro dispõe sobre a “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Estes foram os primeiros rastros em que o Estado demonstrava preocupação com o processo de inclusão das diferenças em seu sistema educacional regular³. Desse modo, é possível perceber que, desde que o Brasil se tornou democrático, vale lembrar que até a atual data deste memorial são 30 anos de democracia, sempre houve uma preocupação em incluir.

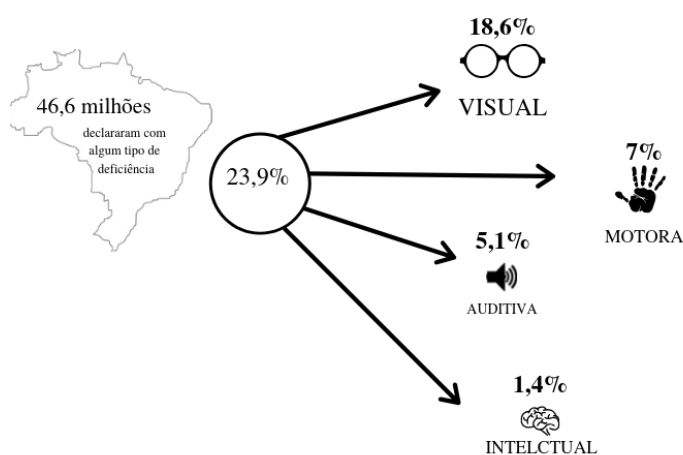
Entretanto, a Inclusão entrou como foco nas discussões em cenário não só nacional, mas, também internacional, apenas em 1990 com a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos, e em 1994, quando foi firmada a Declaração de Salamanca, na Conferência Mundial de Educação Especial, com representantes de 88 governos e 25 organizações internacionais. Ambas têm como intuito intensificar a atenção na criação de Políticas Públicas, além de fazer uma análise sobre como o sistema educacional contribui para a exclusão de diversos estudantes. Silva (2016), apresenta a seguinte observação sobre estes documentos ao serem pautados sobre a Academia; “No caso do Ensino Superior, instruíram sobre processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.” (Silva, 2016, p.20), ou seja, buscava tornar o Ensino Superior mais acessível. Desse modo, eles auxiliaram nos primeiros avanços para que as PCDs iniciassem a sua entrada na universidade.

³ ”Ensino regular - Ministério da Educação - Portal do MEC." <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31876>. Acessado em 23 set. 2018.

É importante ressaltar que dentro de todo o processo educacional tem-se um registro de exclusão muito marcado que atualmente vem mudando um pouco a sua perspectiva. Passado um longo período de lutas, diálogos e questões, em 2015, foi instituída a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 de 06 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que resguarda direitos básicos para as PCDs e tem sido acompanhada de diversos outros avanços nas áreas políticas relacionadas ao tema.

Em números, podemos perceber os avanços históricos conquistados pelos avanços das discussões do tema. De acordo com o último Censo Demográfico do país (2010), 45,6 milhões de pessoas se declararam com algum tipo de deficiência, recorte sobre o grupo que possui aptidão⁴ para estar em uma universidade. Entende-se este grupo sob o traço de 14 até os 64 anos, deste número as divisões por porcentagem de cada deficiência é: 23,9% possui algum tipo de deficiência com algum nível de severidade, sendo incluídas em deficiência visual, auditiva, motora, mental e intelectual - essas duas últimas nomenclaturas receberam recentemente novos conceitos a partir do novo Estatuto da Pessoa com Deficiência. Mental não se trata mais do que os médicos chamam de retardo mental, quando a pessoa tem dificuldade de aprendizagem de algum nível, esse termo recebe agora as marcas das doenças psicológicas como depressão, esquizofrenia, bipolaridade, ansiedade, pânico etc. Nessa porcentagem ficam divididos as deficiências da seguinte forma.

Infográfico 1: Divisão de porcentagem das deficiências que possui aptidão para estar na universidade



Fonte: IBGE 2010

⁴ Aptidão: Aquela pessoa que não possui algum tipo de deficiência que a impossibilita de aprender e/ou acompanhar o ritmo de ensino.

No censo demográfico de 2010 apresentado que a população de PCDs no país correspondia a cerca de 24 milhões de pessoas, algo em torno de 14,5% da população. Entre o passar de 10 anos, o salto de número de pessoas com deficiência é de quase 1 milhão a cada ano. Esse aumento também é sentido nas questões que se dão no sentido da garantia de direitos. Seguindo uma perspectiva a partir da análise feita por Zampar, a inclusão de PCDs no Ensino Superior vem avançando.

O Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apresenta a evolução da educação superior no período de 1991 a 2007. Analisando os dados no período de dez anos (1997 a 2007), pode ser observado que houve um aumento aproximado de 158% no número de ingressos nos cursos de graduação no Brasil: 573.900 em 1997 para 1.481.955 em 2007. Posteriormente, o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2011 disponibilizado pelo Inep indica que o número de ingressos no ensino superior no ano de 2011 foi de 2.346.695 (ZAMPAR, 2013, p.2).

Como mostrado acima, dentro do cenário das políticas educacionais e dentro das políticas afirmativas no país. Hoje, a população do país é estimada em quase 210 milhões de pessoas (BANCO MUNDIAL, 2017). Entramos, então, no questionamento sobre o processo de inclusão de PCD's na universidade, tentando pensar na influência do atual cenário político com os cortes de gastos impostos pela chama lei do teto de gastos e o atual bloqueio de 30% das verbas em todas as universidades federais não influenciará na democratização e inclusão do espaço que essas pessoas vêm conquistando nos últimos tempos.

1.2. A universidade

O Brasil tem 8.516.000 km², divididos em 26 estados e Distrito Federal e em todo o território nacional existem universidades públicas. Conforme a Sinopse Estatística da Educação Superior de 2017, existem hoje no país 296 Instituições de Ensino Superior (IES). Desse número, 156 estão em toda a região sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Minas Gerais ocupa o 3º lugar na região em números de instituições públicas federais, estaduais e municipais. O ranking é composto por: São Paulo (101), Rio de Janeiro (27), Minas Gerais (23). Entretanto, Minas tem o maior número de universidades federais, é um total de 11 universidades federais, sendo possível conferir na tabela abaixo o nome, sigla, número de campi e quantidade de alunos e cidade.

Tabela 1: Universidades Federais no estado de Minas Gerais

Nome	Sigla	Nº de campi	Nº de alunos ⁵	Cidade sede
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	2	6.907	Itajubá
Universidade Federal de Lavras	UFLA	1	10.192	Lavras
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	2	5.783	Uberaba
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	4	8.965	Diamantina
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	2	20.490	Juiz de Fora
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	4	32.144	Belo Horizonte
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	3	13.144	Ouro Preto
Universidade Federal de Viçosa	UFV	3	13.326	Viçosa
Universidade Federal de São João Del-Rei	UFSJ	4	13.199	São João Del-Rei
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	7	21.597	Uberlândia
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL	3	6.551	Alfenas

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Censo do Ensino Superior 2016 (Atualizado em 2017)

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT)⁶ e tendo como Ministro da Educação o Professor Doutor Fernando Haddad (PT), foi o impulsionador do grande número de universidades no país. O projeto tinha como objetivo dobrar a quantidade de alunos nas universidades federais do país.

⁵ São incluídos dentro do número de alunos so de graduação, mestrado, especialização, doutorado e pós-doutorado.

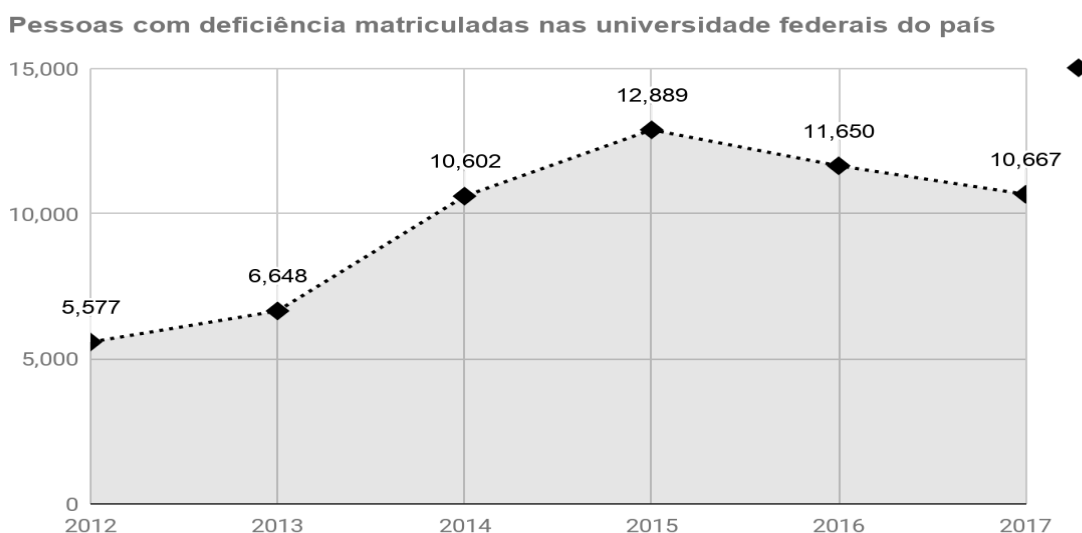
⁶ Governo regente entre o ano de 2003 e 2011.

De acordo com matéria publicada no site do Ministério da Educação (MEC)⁷, tinha-se como foco agregar mais 680 mil novos ingressantes na graduação.

A partir do movimento de expansão das universidades, aumentaram também as demandas inclusivas. Parte das universidades que receberam verba do Estado construíram novos campus e aumentaram significativamente o número de alunos ingressantes, entre eles os com algum tipo de impedimento que podem ser eles mentais, físicas, sensoriais e outras, também aumentou.

O gráfico abaixo apresenta o aumento gradual da inserção de pessoas com deficiência nas universidades federais do país entre ano de 2012 e 2017 (ano em que as cotas para PCDs foi iniciada).

Gráfico 1: Pessoas com deficiência que se matricularam nas universidades federais do país



Fonte: Censo do Ensino Superior (2012-2017)

No gráfico percebemos que houve uma oscilação entre quantidade de ingressantes na universidade. Em 2012 matriculados na universidade 5.577, em 2013 foram 6.648, 2014 o número de matriculados foi de 10.602, 2015 entraram 12.889, 2016 totalizaram 11.650 e no ano de 2017 foram matriculados 10.667. Com o passar dos anos, houve um crescimento gradual até o ano de 2015 e uma queda nos dois últimos anos que simbolizam uma diferença

⁷ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>> Acesso em: 28 de outubro de 2018

de cerca de 2000 alunos, entretanto se analisarmos o período de cinco anos (2012 - 2017) percebe-se um avanço de 47,7% , ou seja, 5090 alunos com algum tipo de deficiência a de alunos a mais se matricularam no ano mais recente.

Mudanças nesse cenário acadêmico vem acontecendo durante muitos anos. Em 2017 foi instituído a obrigatoriedade das cotas para pessoas com deficiência nas universidades públicas. A lei de cotas já era implantada para garantir o acesso de negros, índios, pardos e há também uma lei que garante cotas para o acesso de pessoas que cursaram durante a vida o ensino regular em escolas públicas. A lei 12.711 de 29 de agosto de 2012 passou por uma readequação em sua redação, passando a garantir em seu terceiro artigo o direito ao acesso à universidade pública, gratuita e de qualidade para um número maior de pessoas.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016)

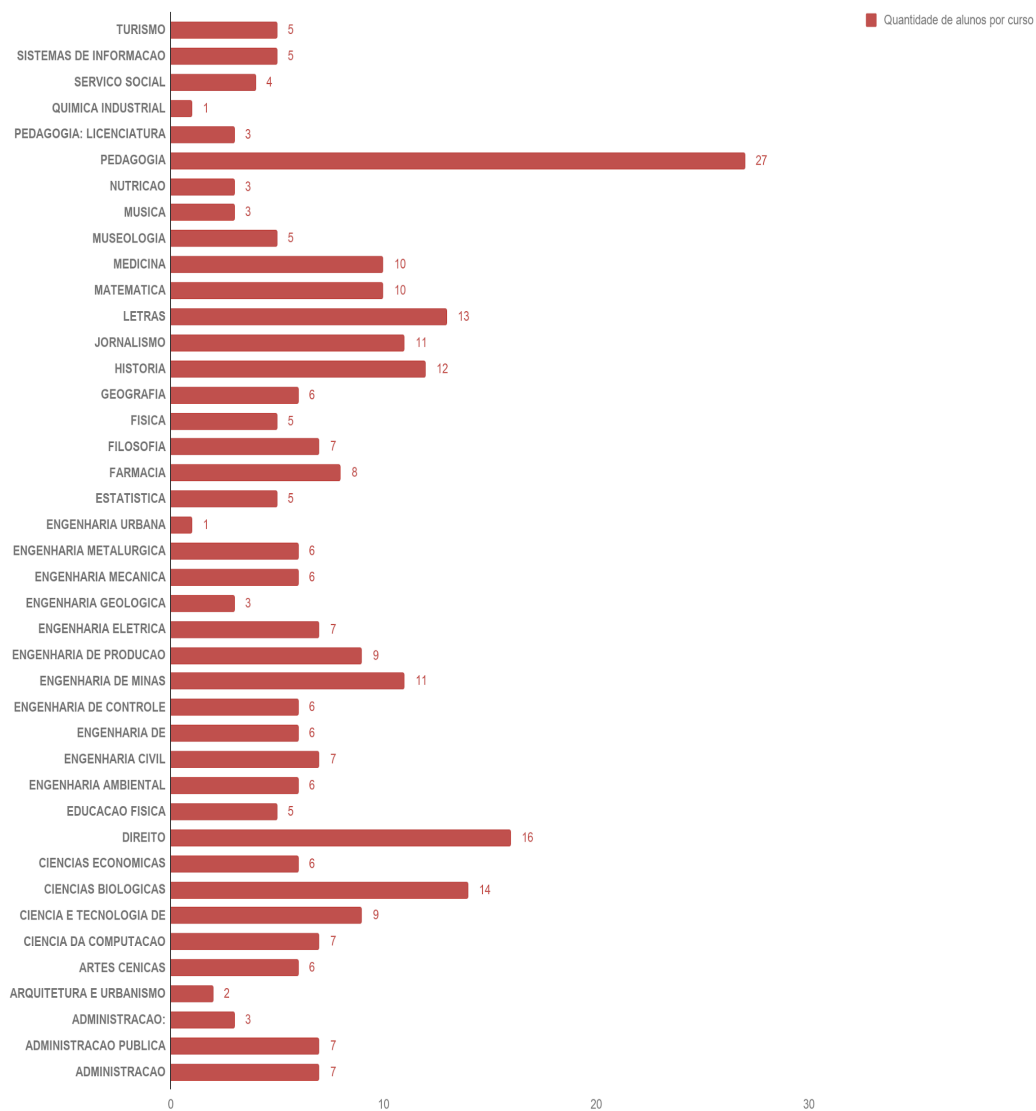
A lei de cotas reverbera sobre todas as instituições de ensino superior e, conseqüentemente, influencia no mercado de trabalho também que pode receber estes profissionais que também possuem diplomas, os colocando em posições de salários mais altos e com chance de escalar em suas áreas de atuação. Sendo assim, a Universidade Federal de Ouro Preto está sujeita a execução da lei. Adrienne Santana, coordenadora do Núcleo de Educação Inclusiva que é vinculado com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), relata um pouco da história da criação do núcleo de inclusão na UFOP.

O núcleo tem mais de 13 anos. Começou muito a partir das demandas, com a entrada de um aluno com deficiência na UFOP em 1996, foram as primeiras ações. Nós tivemos um aluno com baixa visão, depois ficou cego durante o tempo que estava na instituição e a partir daí algumas pessoas começaram com algumas ações isoladas. Isso até na época do vestibular, as pessoas iam aplicar vestibular para estudantes com deficiência, então era prova ampliada, prova em braille, bem incipiente. Em 2005 que foi levado pro CUNI para a institucionalização do núcleo mesmo. Em 2006 foi aprovada a criação do NEI. O Nei nasceu antes de uma política nacional, foi um dos primeiros núcleos de instituições federais que foram criados antes de uma obrigatoriedade que foi em 2011. (ADRIENNE SANTANA)

Fruto de uma necessidade de agregar todas as pessoas no espaço acadêmico, a instituição tem avançado nas políticas afirmativas para o público. No segundo semestre de

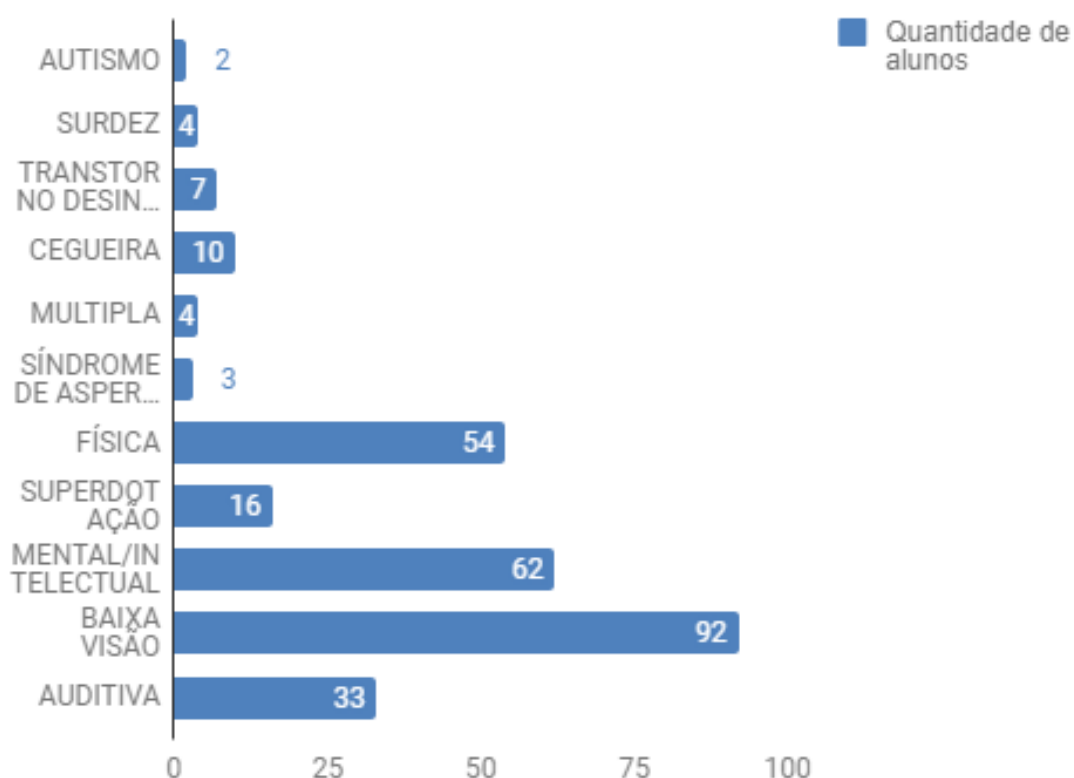
2018, a universidade recebeu 293 pessoas com deficiência, nos gráficos a seguir, podemos ter a dimensão por curso e deficiências mais recorrentes na instituição.

Gráfico 2 - Número de pessoas com deficiência por curso na UFOP



Fonte: Núcleo de Educação Inclusiva UFOP

Gráfico 3 - Incidência de deficiências entre os alunos da UFOP



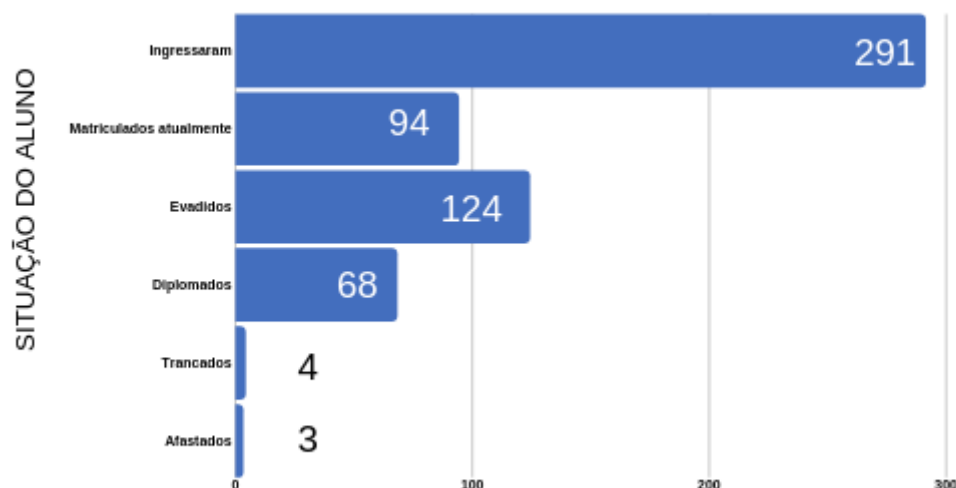
Autismo; Surdez; Transtorno no desenvolvimento; Cegueira; Deficiências múltiplas; Síndrome de Asperger; Deficiência Física; Superdotação; Deficiência mental/intelectual; Baixa Visão; Deficiência Auditiva.

Fonte: Núcleo de Educação Inclusiva UFOP

Apesar do grande número de pessoas com deficiência sendo incluídas no cenário acadêmico, deve-se pensar que a permanência na universidade é uma das tarefas complexas, tanto para uma pessoa sem impedimentos, quanto aos que possuem algum tipo impedimento permanente. No gráfico 4 é possível perceber que o número de evadidos durante todo o período em que o NEI atua na universidade é superior ao número de matriculados atualmente e que o número de diplomados é quase a metade do número do quadro de matriculados hoje. Permanecer na academia demanda muito para qualquer pessoa, e no caso de pessoas com deficiência a demanda é ainda maior. Os núcleos de inclusão fazem o auxílio dessas pessoas para que possam ter seus direitos atendidos no espaço e também para ajudar em questões estruturais que necessitam, sejam elas cadeiras especiais, provas em braile, provas ampliadas, lentes de aumento, intérpretes e outros tipos de auxílio. Mesmo com o auxílio, a permanência é complexa.

Gráfico 4: quantidade de alunos por situação na universidade diante da implantação do NEI

QUANTIDADE DE ALUNOS POR SITUAÇÃO NA UNIVERSIDADE



Fonte: Núcleo de Educação Inclusiva UFOP

Ao visualizar o gráfico acima, alguns questionamentos surgem. A UFOP que possui uma história em relação à inclusão possui diversas evasões, o número marca a luta pelo direito da educação superior, ser diplomado é o sonho de muitas pessoas, mas, para algumas, a dificuldade é maior. Abrimos um embate: como é a vida dessas pessoas que lutam para estar na universidade? Elas se sentem assistidas pelas políticas afirmativas? A universidade é um espaço democrático o suficiente para poder pensar também nelas? A universidade é um espaço democrático e inclusivo? Quais são as principais barreiras enfrentadas por essas pessoas? Por que tão poucos concluintes e tantas evasões?

O direito a educação é de todos, resguardado por lei, e mesmo assim a luta pelo direito de estar neste espaço é diário. São necessários diálogos contínuos, é preciso que a informação chegue ao outro, àquele que não pertence diretamente ao grupo de PCDs para que haja entendimento das limitações e para que exista inclusão. Falar sobre o assunto é dar voz aos que já foram totalmente invisibilizados um dia e hoje buscam pela educação de qualidade, por um local no mercado de trabalho, por uma vida social digna e onde podem exercer a sua cidadania como qualquer outro pertencente a sociedade.

Entretanto, pensar a universidade como um espaço democrático e inclusivo as vezes pode soar como óbvio, afinal, é garantido por lei que todas as pessoas sem discriminação de

etnia, cor, gênero, sexualidade, religião ou impedimento física e/ou intelectual e mental. Mas, pelo histórico de luta, pela realidade e histórico apresentados nas páginas anteriores abrem-se a novos questionamentos, ao sentido de explorar as diversas visões dessa construção para uma vida sem barreiras.

Um das principais motivações para explorar a temática se dá diante das inquietações que Aline Batista Rangel dispõe em seu artigo “Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal Fluminense: acesso e permanência, possibilidades e desafios” (2017), ela apresenta pontos da inserção de alunos na universidade, demonstra que mesmos tímidos, são um avanço. Entretanto, abre as questões que absorvo em partes aos tensionamentos dela.

Estaria a universidade se democratizando? Quais são as políticas de inclusão desenvolvidas para atender às especificidades dos alunos que conseguem ingressar no ensino superior? Como a universidade tem lidado com a diversidade tendo em vista o aumento da entrada de alunos com deficiência? Como promover e consolidar a permanência efetiva dos alunos no desenvolvimento de uma cultura inclusiva no ensino superior? (RANGEL, 2017, p.733)

Com o objetivo de apurar quais são as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência na academia, busco instigar os leitores a entenderem como se dão os processos de luta para adquirir os direitos nesse espaço que por direito também é dos PCDs. Adrienne Santanna, coordenadora do NEI, conta que mesmo com a presença do NEI dentro da universidade, mesmo com a presença dos alunos que possuem algum tipo de impedimento existem instâncias na universidade que nunca ouviram falar do núcleo e, em alguns casos, os professores não têm conhecimento da situação dos estudantes.

A invisibilidade dessas pessoas me motiva a trazer à tona a presença delas. O papel do jornalista é “iluminar aquilo que está no escuro”, ou seja, o papel do jornalista é apresentar ao público as pautas que possuem teor de interesse público, que estão à margem, sem os holofotes das grandes discussões sociais, ele deve trazer isto para o debate. Esta frase faz parte da minha vida desde o primeiro período, quando tive aulas de Introdução ao Jornalismo com a Professora Doutora Hila Rodrigues, desde então sinto que trabalhar as questões de minorias é um papel crucial para a minha vivência enquanto jornalista.

Diante dos dados e dos relatos respondo à questão principal deste trabalho “Por que falar sobre pessoas com deficiência na universidade pública federal?”. Falar sobre eles é dar força ao movimento, é trazer uma possibilidade de poderem estar e permanecer na universidade, e, além disso, também poderem ir para o mercado com qualificação profissional, construir história e mostrar que tudo que uma pessoa dita “normal” pode fazer, eles também podem.

Parte 2 - O FORMATO COMO UM FATOR DECISIVO NA RECEPÇÃO DO PRODUTO

O termo inclusão está presente a todo o momento, em seus diversos aspectos, em muitas conversas e em variadas pautas. O termo inclusão se desdobra em algumas vertentes, sejam elas a luta pela igualdade de gênero, pelas pautas LGBTQI+, nas questões raciais, religiosas e, também, nas abordagens sobre Pessoas Com Deficiência. Entretanto, é comum acompanhar a inserção dos 4 primeiros assuntos nas mais diversas plataformas, seja em TV, rádio, jornais e revistas impressos ou digitais, em discussões acadêmicas ou até mesmo nas conversas informais, como uma mesa de bar. Uma pauta pouco citada é a inclusão de pessoas com deficiência, apesar de tratada em alguns meios de comunicação essa não é uma discussão em que nos preocupamos em debater em uma conversa informal, jamais paramos para pensar se isso não é fruto de um bloqueio o qual faz com que as informações não cheguem até as pessoas.

Nesta parte, discutiremos a viabilidade e necessidade de um jornal mural dossiê em formato de um site tratando sobre a inclusão de pessoas com deficiência na universidade. Aprofundar-se em um assunto é algo essencial, ainda mais quando se tem a necessidade de tornar algo uma pauta de discussões em todos os lugares, sendo esse o principal objetivo do jornal mural dossiê, levar o assunto palpável, algo que possa chegar nas mãos das pessoas de maneira física, em que possam entender quais são as barreiras e como é possível auxiliar, mesmo que minimamente, a enfrentar e diminuir os empecilhos para que essas pessoas possam serem introduzidas em um ambiente de equidade.

2.1. Panorama das publicações jornalísticas sobre o tema

Certa vez, em uma conversa informal dentro da redação de jornal me perguntaram se eu já havia notado que só usávamos pessoas com deficiência como fonte apenas quando a abordagem da pauta a ser coberta era para tratar do assunto deficiência em específico. Era muito raro trazer essas pessoas como fontes de pautas corriqueiras, como quando vamos falar sobre economia, buscamos por especialistas, no geral apenas nos preocupamos o quanto essa pessoa entende do assunto e muito raramente questionamos situação social dessa pessoa, isso é o oposto do que fazemos ao se tratar de PCDs. Na maioria dos casos, trazemos essas pessoas para falarem das suas deficiências, fazemos uma espetacularização do impedimento, mas poucas são às vezes em que o economista, especializado em mercado internacional é a

pessoa que possui algum tipo de deficiência. Existe um problema no jornalismo que a nossa abordagem começa a ser no sentido de exclusão quando começamos a tratar a pessoa com deficiência que tem uma formação como economista com especialidade em mercado internacional.

Hora ou outra é possível acompanhar matérias que trazem a deficiência como pauta, sendo elas em seus mais diversos aspectos, seja em um jornal, revista, programa de TV ou mesmo em discussões de rádio. As angulações variam entrem eventos que incluem as pessoas com deficiência como, por exemplo, a reportagem publicada no dia 22 de outubro de 2018 pelo jornal Estado de Minas com o título “Corrida para pessoas com deficiência é mensagem contra o preconceito em BH⁸”, ou publicações que falam sobre como é a vida dessas pessoas, um exemplo é o programa Profissão Repórter, exibido em 5 de outubro de 2010, a edição recebe o nome “Deficientes⁹” e os repórteres acompanham a rotina de pessoas com diferentes deficiências para mostrar as dificuldades do dia a dia. Outro assunto, geralmente é trazido em pautas comerciais, são as novidades para o mercado das PCDs, visto na publicação de 24 de outubro de 2018, no site da revista exame, que recebe o título “Starbucks inaugura primeira loja de língua de sinais nos EUA¹⁰”.

Publicações como essas são importantes, pois, de certa forma, introduzem a presença dessas pessoas dentro do cotidiano de muitas pessoas. Falar sobre o que elas fazem, como vivem e o que o mercado faz para elas estarem dentro do dia a dia traz uma carga de inclusão muito grande e mostra um grande avanço no espaço que o assunto tem ganhado na mídia. Aos poucos, o assunto tem ganhado respiro, força e, principalmente, tem ganhado visibilidade.

Além das publicações em portais de notícias, ou em jornais impressos, há também as revistas segmentadas, que Buitoni (2013) define como “segmento pressupõe divisão, pressupõe grupos, pressupõe um trabalho analítico e conceitual da produção jornalística e do universo editorial” (BUITONI, p.107, 2013). Assim, é possível encontrar no mercado editorial, revistas especializadas em tratar dos assuntos focados em PCD’s, como podemos observar na tabela a seguir:

⁸ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/22/interna_gerais,999018/corrida-para-pessoas-com-deficiencia-e-mensagem-contra-o-preconceito.shtml Acesso: 16 de novembro de 2018 - 15:37

⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/1350887/> Acesso: 17 de novembro de 2018 - 15:37

¹⁰ Disponível em:

<https://exame.abril.com.br/marketing/starbucks-inaugura-primeira-loja-de-linguagem-de-sinais-nos-eua> Acesso: 17 de novembro de 2018 - 15:37

Tabela 2 - Revistas segmentadas sobre pessoas com deficiência

EMPRESA	PERIODICIDADE	DESCRIÇÃO	IMPRESSO	ONLINE
Revista D+	Bimestral / mensal	A Revista D+ estabelece um novo padrão de jornalismo voltado para inclusão social da diversidade (principalmente, pessoas com deficiência), comunicando-se com um público moderno e pondo em evidência suas demandas mais urgentes, além de ajudar na formação de opinião e prestar serviços em temas como: trabalho, educação, lazer, esporte, moda, saúde e acessibilidade. A principal preocupação deste veículo é disseminar ações afirmativas e cultura de superação que inspirem seus leitores, parceiros e anunciantes em uma enorme corrente do bem.	X	X
Jornal Inclusão Brasil	Mensal	O "Jornal Inclusão Brasil" idealizado pela Dra. Dariene Rodrigues, fisioterapeuta e gestora em qualidade, segurança e saúde do trabalho, meio ambiente e responsabilidade social, nasceu no início do ano de 2011, na cidade de Sorocaba, com a missão de atuar como facilitador e difusor de informações sobre Pessoas com Deficiência, Mobilidade Reduzida, Terceira Idade, Saúde e Qualidade de Vida, visando estimular a inclusão social, digital e o exercício do cumprimento da nossa responsabilidade social.	X	X
Revista Incluir	Mensal	Informar, discutir e esclarecer temas que envolvam os interesses das pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos.	X	
Revista Reação	Bimestral	Conhecida como a real Porta Voz das Pessoas com Deficiência, Mobilidade Reduzida, Familiares e Profissionais do Setor de Inclusão, Reabilitação, Acessibilidade e Tecnologia Assistiva no Brasil e no mundo.	X	X

Descrições feitas pelos próprios veículos| **Fonte:** Elaborado pelo Autor

Todos os impressos citados acima, trazem mensalmente ou bimestralmente discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no dia a dia. As pautas variam e falam sobre o meio social, o meio profissional e algumas vezes fala sobre a vida acadêmica. Todas essas revistas são frutos de algum tipo de luta para a inclusão.

Para além das publicações em revistas, há também as frentes de imprensa que usam de blogs e ou sites para buscar uma forma de diálogo com o público sobre o assunto. Um exemplo é o site *Inclusão Já*¹¹, focado na luta em defesa da educação inclusiva traz um grande conteúdo sobre a luta nacional pelo direito da educação de qualidade para todas as pessoas. O site é um grande compilado de informações para se ter noção dos avanços, recuos e quais são os passos para que as pessoas com inclusão possam estudar em escolas comuns e especiais, o seu cunho informativo não é em teor jornalístico, é uma espécie de orientação às pessoas que buscam pelo assunto.

Todos esses veículos de comunicação de alguma forma buscam incluir o movimento em prol dos PCDs, ressaltando que esse trabalho que fazem é importante. Entretanto, com exceção do site *Inclusão Já*, a preocupação para que as pessoas tenham acesso a essa informação é um pouco limitada, com uma grande ausência de ferramentas para auxiliá-las no acesso e a entender o conteúdo que muitas das vezes falam das experiências vividas por elas. Um exemplo é o programa do Globo Repórter, uma produção audiovisual que fala sobre pessoas surdas, mas não possui uma janela com intérprete ou legendas. Essas preocupações são uma das coisas a serem pensadas ao se produzir um conteúdo que fale desse público e que seja para esse público.

Além da barreira comunicacional que é perceptível nos meios de comunicação, temos, o que considero um dos grandes problemas da cobertura jornalística para o assunto: a espetacularização do tema. Muitas pautas trazem um sentimento de que é inacreditável que fica intrínseco nas reportagens, explicando melhor, seria quando um pauta vai falar sobre uma bailarina cega que é muito boa no que faz, geralmente, essas pautas falam como se o fato dela ser cega a impossibilitaria de dançar que aquilo que ela está fazendo é algo de muita superação, colocando as pessoas com deficiência em um patamar menosprezado.

2.2. Um jornal mural sobre educação superior inclusiva

O jornalismo tem diversas facetas, muitas divisões, muitas características. Uma das características do jornalismo diário é a notícia rápida, o lead, o repasse ágil dos acontecimentos, essa característica muito é presente nos jornais e se opõe às característica da revista e propostas de veículos de conteúdo aprofundado como o site que tem sua temporalidade expandida, o que possibilita com que os assuntos sejam mais aprofundados e sua acessibilidade facilitada.

¹¹ Disponível em: <https://inclusaoja.com.br> Acesso em: 17 de novembro de 2018

No livro “A revista e seu jornalismo”, organizado por Frederico de Mello B. Tavares e Reges Schwaab, trazem no primeiro capítulo o artigo feito por Daisi Voguel que fala sobre a temporalidade das revistas e apresenta a conceituação de revista como:

O conceito de ‘revista’, como formação discursiva moderna é quase substancial ao nascimento da imprensa. (Contreras, 1999, p. 194). Já a perspectiva de Bloch segue o rastro de uma localização estética desse conceito, que caracteriza a revista a partir do do procedimento de montagem que interliga os diversos trabalhos daquilo que se poderia também dizer ‘produção’ de uma revista. (VOGUEL, 2013, p.20)

Pensar essa montagem que Voguel cita, é pensar que a estrutura de uma revista permite uma imersão no assunto, trabalhar minuciosamente cada um dos assuntos a serem abordados, na perspectiva visual, textual e fotográfica. A proposta de um site dossiê se aproxima do aprofundamento que uma revista possibilita, ele se relaciona em quesitos de temporalidade deixando aos seus autores uma característica de trabalho detalhado e bem exclusivo do assunto. Pensando sob a perspectiva de temporalidade e que este é um produto voltado inicialmente para um público interno, mesmo que não sendo um projeto de assessoria institucional ou de *marketing*, este se constitui também dentro de uma perspectiva de jornal mural que França define como “[...] instrumento de comunicação rápida e imediata, como se fosse um terminal eletrônico acessível a todos. Sua grande força é que as informações podem ser veiculadas diariamente, merecendo o interesse e a curiosidade geral como fonte de novidades” (PIASTUCH. Juliana Dias; ANDRADE. Laís Ponciano de; MARTINS. Juliane; SILVA. Ana Carolina de Araújo; FEGER. José Elmar: FRANÇA, 1998 apud GIMENES CESCO, 2006, p. 128). Entretanto, aqui pensamos em sua versão digital que chamamos de mural digital. Closs (S/D), conceitua em seu artigo publicado no site *endomarketing* um mural digital da seguinte forma.

Mural Digital é a evolução do mural de avisos físico, ou jornal mural. É um meio de Comunicação Interna que, através da tecnologia, se tornou muito mais atrativo, dinâmico e eficaz. Consiste em uma ou mais TVs exibindo uma programação com comunicados, avisos, índices corporativos e qualquer outra informação estratégica para os colaboradores. (CLOSS, Daniéli. S/D.)

Sendo assim, apresento a ideia de um jornal mural digital, que funciona como um aprofundamento de um determinado tema central, que no caso deste é a inclusão de pessoas com deficiência na universidade pública federal, e que possui uma periodicidade e se destina a um público interno a fim de levar conteúdo informativo e inclusivo. Este formato deve

trazer abordagens relacionadas ou correlacionadas possibilitando com que o leitor tenha um panorama bem mais aprofundado do que os outros tipos de reportagens impressas que o jornalismo pode apresentar além de receber este conteúdo dentro de uma periodicidade pré-definida.

Como já falado na primeira parte deste memorial, o número de pessoas com deficiência presentes na universidade pública tem passado por uma oscilação significativa com os passar dos anos. Com a aplicação da nova lei de cotas a entrada dessas pessoas na universidade se torna ainda mais viável e corriqueira. Mas, será que as pessoas da universidade tem o conhecimento/informação que essas pessoas estão dentro daquele espaço? Será que conseguem compreender as limitações? Conseguem entender quais são as barreiras? Será que pensam e entendem que essas pessoas estão ali na busca de um objetivo em comum? e uma questão principal é, essas pessoas recebem essas informações?

Um jornal mural digital, em formato de site é algo que pode chegar até a mão de diversas pessoas. O produto pode ser disseminado por links em redes sociais, lido e repassado para muitas pessoas, um site é um produto palpável graças aos dispositivos moveis e que pode usar de artifícios para chamar a atenção do leitor. Pensar em um produto inclusivo, que seja visualmente convidativo e que apresente informações relevantes, é o objetivo do jornal mural dossiê.

Parte 3. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E A DINÂMICA VISUAL DO SITE

Os processos para a construção de um site demandam, em seus diversos aspectos, um trabalho incessante de pesquisa visual e temática. Todos esses pontos tendem a levar o elaborador a um serviço de experimentação, em buscar a cada nova discussão cravada acima do site o que deve ser ou não mudado, o que deve ou não ser abordado. Entender onde es estará presente, pensar em quem será o leitor e como ela será inserida no seu *locus* de atuação é experimentar diversas ferramentas. O propósito deste site jornal mural inspirado em formato dossiê é muito mais que apenas ser um site segmentado que fala sobre os PCD's na universidade, há também objetivo de incluir esse grupo de pessoas na leitura, sejam essas pessoas quem forem e quais limitações elas tenham.

Avançar na discussão da inclusão é muito mais que apenas escrever sobre o assunto, caminhar para frente é, também, pensar em como aproximar os personagens da discussão da própria discussão. A busca sempre foi de uma estruturação que seja inclusiva não só no debate, mas também em sua visualidade e na participação. Nesta parte iremos discutir e

apresentar o decorrer para que a primazia deste site seja muito mais que apenas sobre inclusão, aqui estaremos também na busca que ele seja inclusão.

3.1. A trajetória teórica para a elaboração do produto

O pensar sobre este site já vem sendo construído desde o segundo semestre de 2017, quando eu estava no meu quinto período. Estive durante esse espaço de tempo procurando por motivações para fazer um trabalho de conclusão de curso que tivesse uma relevância dentro dos espaços que estive presente. Sempre parti da premissa que o meu corpo é político, do ideal que o meu corpo está inserido em meio a um jogo político, que sofre e age em construções do meio em que estou inserido. Sendo assim, uma parte importante é pensar que outros corpos também são políticos. O início das pesquisas para entender a presença das diferenças existentes no meio social teve início nesta temporada, motivados por uma inquietação pessoal.

Durante o meu sexto período, primeiro semestre de 2018, as inquietações já se desdobravam em muitas vertentes. Durante a disciplina de métodos e técnicas de pesquisa em comunicação pude estruturar um anteprojeto de pesquisa que me possibilitou buscar informações sobre a inclusão de pessoas com Transtorno de Espectro Autista que estão inseridas na universidade. Esta problemática era uma questão a pensar, pois, assim como eu, as pessoas com do transtorno também estão presentes no espaço acadêmico e os seus corpos são partes cruciais para as políticas que permeiam pelas discussões da universidade. Ao sair da disciplina já havia uma certeza, a discussão do meu TCC se desdobraria em um produto que iria falar de corpos que ocupam a universidade e que se alguma forma são invisibilizados por suas condições físicas e/ou psicológicas.

Ao iniciar de maneira efetiva a produção do TCC novas questões foram surgindo. Durante os meses de agosto e setembro de 2018, estive em um processo de reestruturação do projeto, nesse tempo as leituras e a busca por informações sobre a UFOP deixaram com que fosse possível tomar conhecimento de que a diversidade dentro desse espaço da universidade é muito mais complexo do que era conhecido. Durante esse mesmo período as buscas por entender os conceitos e os detalhes mínimos das questões políticas como Estatuto de Pessoa com Deficiência, as leis de inclusão, os acordos internacionais e as lutas para que os direitos fossem adquiridos em outros locais.

O foco da primeira parte do trabalho deu-se em entender quais eram as questões conceituais, jurídicas e os números que rondavam o assunto. Em outubro, após entender quais

eram essas questões iniciais da situação em que se encontrava a discussão, a busca esteve em entender o contexto histórico das lutas inclusivas. Após uma noção de quais eram esses pormenores dos acontecimentos em recortes de tempo, apresentou-se então a necessidade de chegar no nicho final da pesquisa, a UFOP. No mesmo mês, uma entrevista de aproximadamente 50 minutos com a atual coordenadora do Núcleo de Educação Inclusiva, Adrienne Santana, se tornou esclarecedora, pois a contextualização do cenário em que a universidade se encontra com a situação descrita pelos artigos e matérias que foram lidas pôde confirmar a viabilidade do produto no espaço em que ele se propõe a existir.

Seguindo o processo de buscas de informações, tomei conhecimento de projetos de outras universidades que debatem sobre o assunto, sendo assim, entrei em contato com as pessoas envolvidas em uma tentativa de poder conhecer e também ter uma conversa sobre o funcionamento de como as situações se dão no ambiente em que eles estão inseridos. Entretanto, como se aproximava do fim do período, isso já em novembro, os encontros já não ocorreriam com tanta frequência e impossibilitaria que a conversa fosse ainda esse semestre, mas no próximo semestre os encontros voltariam. Entretanto, não foi possível a frequência devido à incompatibilidade de horários.

Durante todo o período do 2018.2 o trabalho se consistiu em buscar as informações iniciais para que a produção do site fosse feita. O pensar em um formato transitou entre uma produção audiovisual, ideia inicial que caiu durante o processo de formulação do anteprojeto, passando a ser um livro-reportagem que iria receber uma grande reportagem descritiva sobre o assunto, mas também foi repensada já que em discussões durante a orientação entramos no pensamento de como as abordagens visuais seriam feitas no livro. Desta forma, passei a analisar as questões da minha trajetória durante o curso, a familiaridade com as questões visuais sempre me aproximou de produções de revistas, ao longo do curso foram duas elaboradas com projeto gráfico e editorial e com focos de público e temas muito diferentes. Em experiências externas ao curso pude me envolver com outras produções visuais que me permitiram pensar em trazer para o trabalho final uma revista. A partir daí, o pensamento sobre o formato deu-se como final, um dossiê em formato de revista impressa que tem como foco a visualidade inclusiva.

Entretanto, ao observarmos as composições de uma revista durante a primeira banca avaliativa um questionamento central possibilitou entender que uma revista não seria inclusiva de maneira tão efetiva como um site que além de inclusivo é, também, acessível. Sendo assim, foi decidido que o formato apresentado e ideal seria uma hot site que apresenta reportagens ligadas a um tema central o que reforça a ele uma linha de dossiê.

Questões como narrar, a forma de narrar e o fechamento de aspectos jornalísticos foram inicialmente deixados para serem amadurecidos em um próximo semestre, já que pensar essa nova estrutura que demanda a inclusão visual e textual das pessoas necessita de uma pesquisa focada nas minúcias da diagramação. A força visual de um Hotsite é um elemento crucial para que o leitor se sinta interessado em ler o que ele aborda. Pensando nisso, buscamos na disciplina de TCC 1 focar os esforços em entender para quem e de quem estamos falando, para que o próximo semestre, munidos dessas informações, a construção visual e a execução de todo o processo de apuração, diagramação, gravar e de fotografar para o site fosse feito a partir de um entendimento completo da nossa público e dos nossos personagens. Ter pensado nisso ajudou a não cometer deslizes referentes ao processo de exclusão já sofrido por essas pessoas todos os dias.

Em um segundo momento de execução de projeto, as barreiras enfrentadas foram as financeiras, que visavam os aplicativos, extensões e *cookies* para ajudar a tornar o site inclusivo e para a hospedagem do site online. Deste modo, o site foi instalado em uma plataforma gratuita e seu design foi pensado a partir do minimalismo e usando espaço branco para que as informações não causassem confusão mental. Os textos inicialmente foram pensados de modo que fossem curtos, mas mudaram de estrutura para que não houvesse perda de conteúdo e, por isto, foi pensado em uma coluna única de texto curta para facilitar a leitura. O site recebeu aporte de vídeos legendados e áudio-descrições.

a) Das entrevistas com as fontes

O processo de entrevistas com as fontes se deu em abril de 2019, durante esse processo pude entrevistar Cíntia, Cleyfane, Aline, Line e Allef, Vanessa e Eduardo Mendes. Adrienne foi entrevistada antes durante o ano de 2018. Chegar até estas fontes foi um caminho que se iniciou com Cíntia, minha relação com ela começou em 2018.2 antes das aulas começarem. Ela havia passado no curso de jornalismo e não sabia onde morar ou como iria fazer para chegar na faculdade, através de uma indicação ela chegou até a minha república e, conseqüentemente, até a mim. O encontro com a Cíntia foi algo de extrema importância para que eu tivesse certeza como faria o meu TCC. As nossas conversas sobre o TCC se construíram durante o decorrer deste um ano, a primeira entrevista com os personagens foi com ela, sempre a quis como fonte, pois sua presença

na universidade é marcante por onde passa, com uma alegria contagiante e extrovertida para conversar com todos. Nossa entrevista aconteceu em sua casa, ela e a mãe, Célia, me esperaram em uma tarde, a duração foi de, aproximadamente, 1h30min, foram relatados preconceitos, barreiras, história familiar, conquistas e momentos que marcaram as suas trajetórias. A partir de Cíntia consegui chegar aos outros personagens, com exceção de Vera Caroline, estudante de História. Ela gosta de ser chamada de Line, minha relação com ela veio a partir da república onde morei, a República Diáspora, nos conhecemos quando ela foi morar na casa. Line sempre foi mais introvertida nossa relação sempre foi de afeto, quando estive projetando este produto busquei observar o que acontecia nas reuniões da república, nos relatos e nas histórias que ouvia. Nossa relação foi importante para que fosse possível o pensar de diversas ações, o nosso corpo político me faz refletir sobre o quando Line luta pelas causas que acredita, tê-la como fonte foi uma maneira de compreender a vivência de uma pessoa que busca o que quer. Nossa entrevista aconteceu na república, durou cerca de 1h20min, foram relatados preconceitos, barreiras, história familiar, conquistas e momentos que marcaram a sua trajetória, em alguns momentos houve pausas devido ao conteúdo emocional da entrevista. Line foi a quarta entrevistada.

A segunda entrevistada foi Cleyfane, estudante de Administração, nossa relação foi intermediada por Cíntia que faz parte do mesmo projeto de extensão que ela. Minha conversa com ela foi de cerca de 1h, antes disso não possuímos nenhum tipo de vínculo, nos conhecemos por motivações da entrevista. Foram relatados preconceitos, barreiras, história familiar, conquistas e momentos que marcaram a sua trajetória. Nossa conversa aconteceu na sala do NEI na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da UFOP.

Aline, estudante de pedagogia, foi extremamente receptiva com a proposta, mesmo ela acreditando que não saberia responder o que eu iria perguntar. Ela foi a terceira entrevistada a duração da nossa conversa foi de cerca de 1h, aconteceu no Laboratório de Web jornalismo do Instituto de Ciências Sociais(ICSA) da UFOP. Nossa relação foi intermediada por Cíntia que faz parte do mesmo projeto de extensão que ela, sendo assim eu não a

conhecia previamente. Foram relatados preconceitos, barreiras, história familiar, conquistas e momentos que marcaram a sua trajetória.

A minha quarta entrevista foi com Álef, estudante de Letras, das fontes personagens foi a mais rápida devido à objetividade das respostas que ele dava, foram cerca de 40min. Foram relatados preconceitos, barreiras, história familiar, conquistas e momentos que marcaram a sua trajetória. A entrevista aconteceu na sala do NEI localizada no Instituto de Ciências Humanas (ICHS) da UFOP. Álef já era alguém quem eu conhecia, mas não havíamos sido apresentados. Nossa conversa fluiu bem, apesar de pouco tempo.

Vanessa é servidora terceirizada da UFOP, nossa conversa aconteceu no ICHS, nossa conversa durou 10min, bem objetiva, pois ela não poderia se afastar por muito tempo.

Eduardo Mendes, mestrando em psicologia pela UFSJ, foi a última entrevista. Nossa conversa durou cerca de 2h, além de esclarecer assuntos técnicos ele me falou um pouco sobre a sua pesquisa. A conversa com Eduardo me esclareceu sobre novas nomenclaturas usadas para designar pessoas com deficiência. Segundo ele, o termo diversidade funcional é melhor para ser utilizado do que pessoa com deficiência ou PCD, pois a primeira evidência uma questão de déficit e a segunda reduz a pessoa a uma sigla e o termo pessoa com diversidade funcional apenas coloca que a pessoa tem uma diferença para realizar uma tarefa.

Fontes como advogados para explicar sobre questões políticas atuais foram procurados, mas nenhum possuía disponibilidade para falar. Outras fontes que estavam em outros *campi* foram procuradas, algumas não deram respostas ou desistiram da entrevista no meio do processo. Algumas fontes foram descartadas pois podem se encaixar em novas pautas de produções futuras deste produto.

3.2. Design Inclusivo: Repensando como o visual pode incluir

Fazer o design de algo é muito mais que apenas colocar as informações sobre uma página, é muito mais que dividir o texto em colunas, colocar uma foto ou ilustração. O pensar e o executar do design é uma espécie de arte, todos os elementos que estão ali fazem parte de um sentido, contam uma história e passam uma informação. Construir páginas, estruturar informações demandam técnicas e um empenho profundo em entender o público que será atingido por aquilo, pois a visualidade tem um papel de suma importância no processo de compreensão dos sentidos. Para suprir a demanda de pessoas que possuem alguma barreira visual, há a possibilidade de *softwares* que fazem a leitura da tela.

Tendo ciência disso, o projeto gráfico e, também editorial, desta revista se estruturam baseados no público que buscamos atingir, inseridos em uma universidade onde várias diferenças se cruzam a nossa função aqui é explorar essa abertura e criar design que seja inclusiva, entendendo que as pessoas têm dificuldades de ler, em ver e compreender.

Repensar o formato de como as informações irão se apresentar nas páginas é uma etapa a ser explorada no âmbito do projeto gráfico. Aqui usamos das limitações das pessoas para trazer uma forma de adaptação da revista para que os PDC's tenham o acesso a estas informações. É comumente observado que as estruturas gráficas são pensadas para um público geral, onde, muitas das vezes, pouco se é pensado para a inclusão, somente com obrigatoriedades que se tem pensado em funções de leitura de tela, leitor em libras e áudio descrições. Assim, além de falar sobre as vivências e experiências dessas pessoas no espaço acadêmico, há também a obrigação de se pensar em como essas pessoas recebem esses produtos. Por isso, buscamos construir um projeto gráfico em que seja o mais inclusivo possível dentro das ferramentas acessíveis dentro do espaço acadêmico da UFOP.

3.2.1. Projeto Editorial

a. Produto

O produto se consiste em um jornal mural em formato de hot site que possui um caráter documental, informativo e educativo sobre o tema inclusão de pessoas com deficiência na universidade pública federal. Um produto que tem em seu destino futuro, tornar-se uma publicação anual dentro da Universidade Federal de Ouro Preto na tentativa de sanar a falta de acesso à informação sobre as diferenças presentes dentro do espaço físico da universidade e auxiliar no fortalecimento da luta ao direito pela educação de qualidade e ao acesso a todo e qualquer curso independente do impedimento que o discente possuir.

b. Conceito/Nome

O Corpo: os ocupantes da universidade pública federal

O nome pensado para este site vai de encontro a ideia de não usar das palavras comumente utilizadas em revistas do segmento que são como, por exemplo, incluir, diversidade, diferenças, união, entre outras. O princípio conceitual para o nome vem da linha de abordagens que se busca fazer e trazer os corpos das pessoas que por muitas vezes são invisibilizadas, nas páginas o propósito é tensionar a partir dos relatos e das vivências dessas pessoas a realidade. O slogan “os ocupantes da universidade pública federal” vai ao encontro ao pensamento de que todos os corpos são políticos, e, assim como os corpos das pessoas que são tidas como “normais”, os PCDs são também corpos agentes dentro do espaço acadêmico e funcionam como catalisadores para as políticas e ações que ocorrem dentro do espaço.

c. Justificativa da Escolha Temática

O tema escolhido partiu de inquietações que se tornaram palpáveis através de uma pesquisa conceitual, jurídica e acadêmica que fortaleceram a necessidade de falar sobre os corpos que ocupam a universidade. Parte-se do quanto é preciso falar sobre a inclusão na universidade quando se tem conhecimento dos números, dos relatos que fortalecem o quanto existem pessoas que precisam ganhar visibilidade, pois estão sofrendo processos que, em alguns casos, inibem o seu direito de possuir uma educação de qualidade e um diploma de ensino superior como qualquer outra pessoa.

d. Princípios Editoriais

Inclusão; Independência; criticismo; Comprometimento com o outro; Pluralismo e compromisso social-educacional

e. Linha Editorial/Linguagem

Ao ser pensado, antes de qualquer coisa, o ideal sempre foi se comprometer com o outro e, acima de tudo, com aquele que é posto a margem pela sociedade. Este projeto tem como foco uma linguagem popular, porém formal, jornalística e com a busca de ser a mais compreensível e didática.

O objetivo é ser independente, sem vínculo de qualquer obrigatoriedade com a universidade, assim sendo possível o apontamento das problemáticas encontradas pelo

caminho. Esforçando sempre em ser crítico e construtivos para auxiliar na criação de novos valores sociais no espaço da universidade.

Este é um projeto proposto para ser realizado por estudantes e em hipótese alguma ser um instrumento de assessoria para a universidade. Este é um espaço de compromisso socio-educacional que se entrega a partir do compartilhamento de informações plurais, ou seja, é feita a partir da união e do compartilhamento de informações e dores dos alunos.

Na edição 0, dá início a informações sobre os corpos e o processo para que eles pudessem chegar na universidade para as próximas edições assuntos com temas como Sexualidade de PCDs e a descoberta na universidade, moradias e as limitações, mercado de trabalho e recepção dos corpos com diversidades funcionais; novas nomenclaturas os avanços e retrocessos diante dos embates políticos; A educação de PCDs e os projetos de extensão- como os corpos ocupam a sociedade e a universidade em simultâneo. Este projeto é de publicação anual e com o trabalho construído durante todo o ano a partir de um tema central.

A construção deste produto é constante. Sendo assim, deve-se fixar aqui a importância de que novas versões do site sejam implementadas, versões mais inclusivas e com mais recursos como vídeos com janela de tradução em libras, plug-ins para leitura de tela, opção de aumentar e diminuir a tipográfica do texto, opção de contraste para os diversos tipos de daltonismo, opção de áudio leituras com a possibilidade de regular a velocidade, responsividade etc. O objetivo é ser inclusivo, informativo, educativo e documental.

f. Missão, visão, valores

Missão: Tornar-se um veículo de comunicação dos alunos com deficiência para com os demais alunos na Universidade Federal de Ouro Preto.

Visão: Ter edições anuais publicadas através do compartilhamento e colaboração dos alunos da universidade.

Valores: Pluralismo, apartidarismo, inclusão, respeito ao próximo, compromisso com políticas públicas e com o próximo, populismo

g. Público-alvo/Leitor

O público alvo deste produto é centrado inicialmente na UFOP. Pensado para ser um produto de caráter documental, informativo, educativo e descritivo objetiva-se, em segundo plano, atingir muito além dos muros que cercam a universidade. Trazer o produto para dentro da universidade é, de início o primeiro objetivo, sendo então a universidade em seus diversos

ocupantes, docentes, discentes, corpo administrativo, técnicos e terceirizados, um público que se desdobra entre pessoas de 16 anos à +65 anos, o foco de distribuição do produto.

Entretanto, é importante pensar que essa universidade é feita também por corpos externos a ela e que a informação do que acontece dentro dela é por direito também das pessoas que a cercam. Uma universidade pública tem como obrigação ser parte da comunidade, e esse produto busca também ser algo que leve informação as pessoas que estão fora do dia a dia universitário.

h. Estrutura Editorial

Pensada em ser uma revista que aborda diversos assuntos dentro do tema de inclusão no âmbito acadêmico, possui-se apenas 4 sessões fixas fora as optativas, sendo elas:

1- O corpo político: sessão que busca trabalhar dentro dos aspectos mais políticos do assunto, sendo as questões de comunicação, sociedade, políticas e informacionais.

2- O corpo como agente social: sessão que apresenta questões sobre os espaços que estamos inseridos, trazendo pautas sobre estrutura, barreiras físicas, dificuldades e avanços nas dimensões do que é palpável e também sobre o comportamento social.

3- O corpo na universidade: Foco em falar sobre o contexto dentro da universidade.

4- Os corpos: Buscando em fortalecer e humanizar e dar cabeça, corpo e alma à produção, essa sessão está focada em personificar e apresentar ao leitor que estes corpos fazem parte e agem na sociedade rotineiramente.

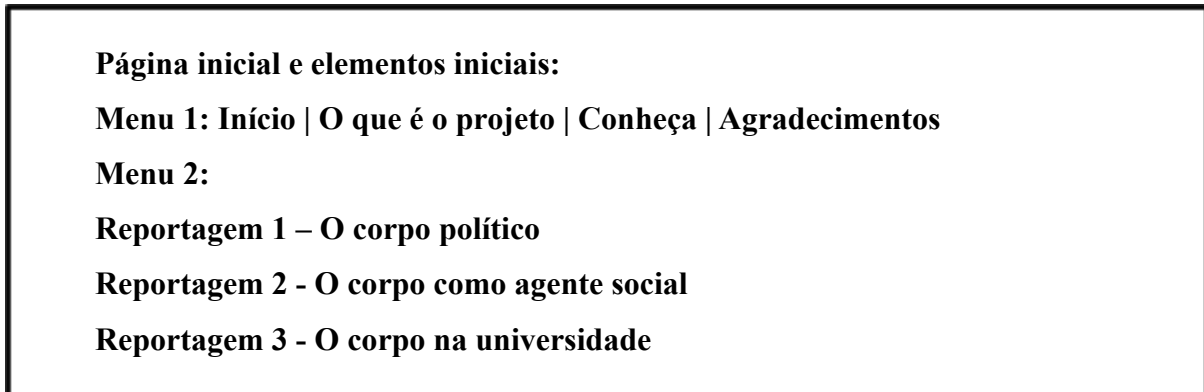
5- Flutuantes: é liberado a criação de outras sessões e espaços. Desde que os da estrutura editorial se mantenham intactos.

i. Tiragem, circulação, nº de páginas

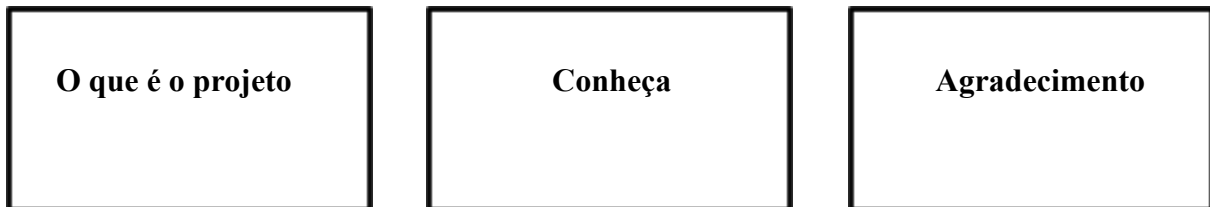
A produção é elaborada a partir de uma hot site, na plataforma wix.com que mensalmente possui o custo de R\$ 19 reais. A circulação é anual e o número de página será elaborado de acordo com o tema que pode pedir página única, páginas divididas ou outros formatos.

3.2.2 Projeto Gráfico

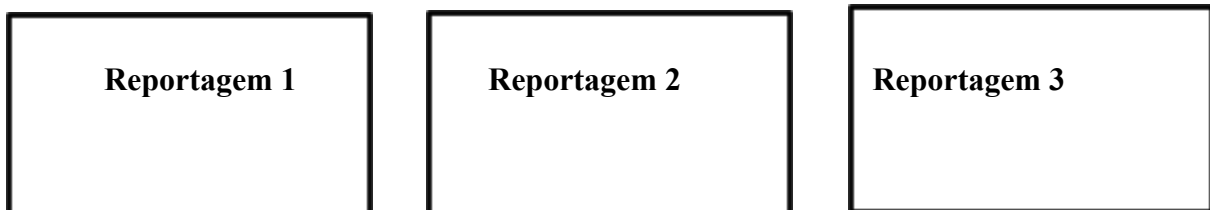
a) Espelho e plano de conteúdo



ELEMENTOS INICIAIS – Menu 1



ELEMENTOS IMPORTANTES– Menu 2



Identidade Visual

O site possui um design com uma perspectiva *clean*, essa ideia é passada diretamente na estrutura da marca. Usando da tipografia Relaway (bold), que tem uma característica de ter uma fácil legibilidade, a parte inicial do site ganha um destaque para o título no tamanho grande ao centro, sem símbolos. A ausência de símbolos para a estrutura do site foi optado para que houvesse uma facilidade para pessoas que utilizam leitores de tela e, também para que nenhum símbolo que fosse usado criasse um estereótipo ou uma segregação dos corpos.

b) Características físicas (formato, acabamento, tipo de papel, sistema de impressão, etc)

Se tratando de uma plataforma online, o site está hospedado do portal Wix onde é desenvolvido inicialmente para ser utilizado em computadores, sendo um site responsivo (disponível também para celulares).

c) Capa (conceito e proposta visual)

A capa, aqui se tratando da página inicial do site, temos o nome do projeto “Corpos” em destaque em tipografia, ao fundo possibilidade de usar fotos ou vídeos. Tendo a divisão de um menu no topo com a tipografia Relaway, tamanho 18, regular.

Abaixo da parte inicial, as chamadas para cada uma das reportagens. O design de cada chama ou página inicial deve ser pensado a partir do tema da edição.

A estética da capa é livre para criação, desde que seja respeitado que sempre tem-se existir o nome “Corpos” em destaque central.

d) Páginas Internas (grids e colunas)

As páginas serão construídas em colunas únicas, justificadas a esquerda para facilitar a legibilidade, com uma média de 68 a 76 caracteres por linhas. Tipografia é relaway, 18pts, que não é tomada como padrão já que futuramente visa a opção de aumentar e diminuir as letras dos textos para facilitar a leitura de pessoas com baixa visão.

e) Elementos Gráficos (tipografia, fios, usos de cores, etc)

O uso das cores deste site transita entre as tonalidades de preto e branco, sendo estas cores de fácil contraste, o que facilita a leitura de pessoas com alguma limitação visual de cores. Os fios são usados para marcar os títulos e separação de informações no mesmo bloco. As páginas, com exceção da inicial, são brancas e as demarcações de caixas são feitas de preto. Caixas localizadas a esquerda são box de informação, caixas localizadas a direita são aspas/olhos. As cores possuem liberdade para serem alteradas, desde que sejam pensadas nos critérios de saturação e contraste com o intuito de facilitar a legibilidade.

As imagens possuem liberdade para serem coloridas, sejam elas gráficos, infográficos, ilustrações ou fotografias, pois todas essas imagens devem ser acompanhadas de Texto Alt (descrições para leitura automática) e/ou áudio descrições).

Os áudios devem ser acompanhados de um título e todos os vídeos devem ser legendados, em casos especiais devem possuir tradução de libras.

3.3 Cronograma de atuação

Etapas e Procedimentos	Mês	2018.2				2019.1			
		1	2	3	4	1	2	3	4
Pesquisa sobre bibliográfica		X	X	X	X				
Pesquisa documental		X	X	X	X				
Entrevistas com fontes primárias			X	X	X	X			
Entrevistas com fontes secundárias				X	X	X			
Análise das informações e organização dos fatos e dados			X	X	X	X	X	X	
Edição de texto				X	X	X	X	X	
Edição de material visual					X	X	X	X	
Ilustrações					X	X	X	X	
Escrita do memorial		X	X	X	X	X	X	X	
Revisão final, formatação pela ABNT					X			X	
Impressão, cópias e entrega aos convidados da banca					X				X
Banca Examinadora					X				X

Fonte: Elaboração própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que caminho percorrido até aqui, além de cansativo, resultou em quantidade e qualidade de informações. O processo de captação caminhou de encontro a um estudo que pode abarcar áreas de pesquisa e um trabalho jornalístico minucioso e sensível. Receber o emaranhado de informações que permeiam a temática é uma forma de gatilho de busca para uma reflexão ainda mais profunda, está que testemunhei deste o início da produção deste memorial. Das diversas reflexões que transitaram entre as minhas vivências anteriores, atuais e, possivelmente, as que estão por vir e o trabalho “O Corpo” compõe para além de uma atividade acadêmica, é importante fixar que de fato ele faz parte de uma luta, da luta contra o capacitismo e a segregação do que é diverso. Assim, trago aqui, neste memorial descritivo, o meu relato e reflexão, onde pude não só entender a sensibilidade ao ouvir e escrever solicitada a um jornalista em qualquer produção, mas também, tenho como dever evidenciar e valorizar o trabalho jornalístico. “O Corpo” foi um trabalho solo, onde agi em todas as funções, sendo elas de apuração, captação, entrevista, produção e planejamento, toda essa quantidade de funções reflete um mercado que exige a entrega do fato imutável e real, mas sucateia o trabalho e desvaloriza a função de iluminar as margens sociais que um jornalista tem.

No processo pude entender as relações de avanços e recuos que a luta pela inclusão enfrenta diariamente. Os números sobre exclusão, a história anticapacitista e a trajetória dos entrevistados, me possibilitaram a honra de falar sobre o assunto. Sendo assim, sinto que o trabalho vai muito além de ser apenas um Trabalho de Conclusão de Curso, ele se encontra em uma esfera bem mais externa. O produto é também um objeto pertencente a comunidade, é um objeto político e que tem todo um potencial para ser muito além de uma publicação sobre inclusão, ele está para ser um agente transformador na forma em que as pessoas recebem, degustam e transmitem a informação.

Durante os últimos processos de elaboração deste produto pude sentir na pele os resultados e consequências de uma imersão em histórias que, em muitos casos, possuem um teor triste, em alguns casos depressivos, e solitário. No período de construção encontrei-me em um quadro depressivo aprofundado que me pôs limitações para um aprofundamento ainda maior dentro do tema. Mas, a partir do meu ponto de vista como estudante universitário, pude perceber que a universidade adoce aqueles que estão inseridos nela. Para alguns, o mal vem do conhecimento que os leva a momentos de isolamento, para outros a falta de compreensão transforma a maneira de existir dentro e fora das salas de aulas. Relato este ponto da minha

depressão para evidenciar a necessidade de temas que abordem as problemáticas que podem ser encontradas no espaço acadêmico, assim como o proposto em “O Corpo”.

Ao trabalhar este tema na universidade, me deparei com pessoas com deficiências, transtornos cognitivos e pessoas com transtornos mentais. O último, em muitos casos são engatilhados pela universidade que impulsiona uma cobrança que o leva o limbo depressivo e ao afastamento do espaço acadêmico. Os outros dois tipos estão dentro da universidade lutando, assim como cada um dos entrevistados neste produto, e buscando maneiras de serem notados não só pela equipe especializada para atendê-los, mas toda a comunidade acadêmica.

A existência de corpos na universidade auxilia na mudança, assim como vem sendo feito aos poucos. A Universidade Pública é direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, o espaço de estudo, a UFOP, possui caminhos longos para o pensar total sobre as questões de inclusão, há ainda uma invisibilidade, ou uma escuridão que necessita ser iluminada e debatida, para criar meios não só o institucional dessas pessoas fazerem parte do cenário acadêmico de maneira efetiva. Sendo assim, este é um projeto que visa o crescimento e a inclusão de PCDs dentro da universidade pública. Um trabalho emocionante, intrigante e sempre incompleto. Não por falta de informações, mas sim pelo fato de que os avanços tem sido constantes e este é um espaço pensado para ser um integrante da luta. O trabalho pode ser encontrado sob o domínio <https://corposnauniversidade.wixsite.com/home>.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CORDENONSSI, Ana Maria; MELO, José Marques. **Jornalismo interpretativo: os formatos nas revistas Veja e Época**. Universidade Metodista de São Paulo, Intercom, São Paulo, 2008.

CHINAM, Rivaldo. **Assessoria de imprensa: Como fazer**. 2ª Ed. São Paulo, 2003

CLOSS, Daniéli. Mural Digital – O que é e tudo que você precisa saber, Brasil: S/D. Disponível em: <https://endomarketing.tv/o-que-e-mural-digital/#.XRa55OhKjIX>.

GIMENES CESCA, C. G. Comunicação dirigida escrita na empresa. 5. ed. São Paulo: Summus, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2012**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2013**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2014**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2018.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 out. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 29 out. 2018.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso: 23 set. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Inclusão Social**. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm> Acesso em: 03 de novembro de 2018.

SILVA, Marcilene Magalhães. **Processo de Inclusão no Ensino Superior**: O caso de estudantes com deficiência na Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop (Doutorado). Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mariana, 2016.

TEIXEIRA, Diogo de Vasconcelos; VESPÚCIO, Carolina Rocha. **O direito à educação nas Constituições brasileiras**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4117, 9 out. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/29732>. Acesso em: 21 set. 2018.

TRAQUINAS, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. 5ª Ed. Florianópolis, 2005.

ZAMPAR, Josilene Aparecida Sartori. **O estudante com deficiência no ensino superior**. VIII encontro da associação brasileira de pesquisadores em educação especial, Londrina, 2013.